

**PANDEMIAS COMO ACONTECIMENTO HISTÓRICO-DISCURSIVO: UM  
OLHAR SOBRE NOTAS DE REPÚDIO ACERCA DO COMBATE À COVID-19  
NO BRASIL**

**PANDEMICS AS A HISTORICAL-DISCURSIVE EVENT: A LOOK AT  
REPUDIATION NOTES ABOUT THE FIGHT AGAINST COVID-19 IN  
BRAZIL**

Luiz Augusto Ely<sup>1</sup>

Universidade Federal do Paraná

**Resumo:** O propósito deste trabalho é abordar o acontecimento histórico-discursivo da pandemia de Covid-19 no Brasil e, diante da análise de notas de repúdio, evidenciar a formulação de discursos e políticas de descrédito de medidas que poderiam auxiliar na não circulação do vírus entre a população, no sentido de poder contribuir com o debate científico com a proposição de reflexões de um tema que ainda está em seu pleno desenvolvimento no curso da História da humanidade. Sendo assim, no intuito de empreender um gesto de análise, a partir da estratégia do governo brasileiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos como elementos de uma regularidade discursiva, buscaremos estabelecer reflexões em que o esfacelamento de determinados discursos de convívio social fica evidente, apontando para o empobrecimento do simbólico, e de onde é possível apreender, portanto, a materialização na linguagem de uma atitude perversa, uma vez que há a presença constante do desentendimento entre os homens e que indicam seu papel e seu valor na construção dos laços sociais.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Covid-19; Notas de repúdio; Pandemia.

**Abstract:** The purpose of this paper is to approach the historical-discursive event of the Covid-19 pandemic in Brazil and, in view of the analysis of repudiation notes, to evidence the formulation of discourses and policies to discredit measures that could help in the non-circulation of the virus among the population, in the sense of being able to contribute to the scientific debate with the proposition of reflections on a theme that is still in its full development in the course of human history. Therefore, in order to undertake a gesture of analysis, based on the Brazilian government's strategy to face the Covid-19 pandemic and its consequences as elements of a discursive regularity, we will seek to establish reflections in which the collapse of certain discourses of conviviality social is evident, pointing to the impoverishment of the symbolic, and from where it is possible to apprehend, therefore, the materialization in the language of a perverse attitude, since there is a constant presence of disagreement among men and that indicate their role and value in building social bonds.

**Keywords:** Covid-19; Discourse analysis; Pandemic; Repudiation notes.

---

<sup>1</sup> Aluno de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), área de concentração em Estudos Linguísticos, vinculado à linha de pesquisa Linguagem e Práticas Sociais e sob orientação da Profa. Dra. Lígia Negri. Atualmente, recebe bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: luizaugustoely@gmail.com.

**Submetido em 18 de janeiro de 2021.**

**Aprovado em 8 de março de 2021.**

## **Introdução**

Brasil, janeiro de 2021. Temos, já no acender das luzes do Ano Novo, o registro de 196.029 mortes em meio a 7.732.071 casos confirmados de pessoas contaminadas por coronavírus, números contabilizados até a data de 03 de janeiro de 2021<sup>2</sup>. O índice que faz referência àqueles que perderam suas vidas salta aos olhos, pois estamos levando em conta sujeitos que, cedo ou tarde, tiveram sua trajetória interrompida, ou seja, não se trata de apontar um mero dado estatístico. Vale lembrar que a população brasileira estimada é de 212.524.205 pessoas, segundo dados do IBGE<sup>3</sup>; tendo esse dado em vista, ainda que os indivíduos que morreram por conta da pandemia em solo brasileiro representem menos de 0,1% da população total, esse indicador não deixa de ser expressivo, pois essas pessoas perderam suas vidas por um motivo em comum, afinal, mesmo que algumas dentre elas possam ter apresentado comorbidades, essas vidas interrompidas foram contabilizadas em menos de um ano do calendário.

Segundo o Governo Federal<sup>4</sup> (BRASIL, 2020), o Brasil teve seu primeiro caso confirmado na data de 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo (SP). Essa informação consta de uma linha do tempo disponível em um portal eletrônico, em que há uma trajetória desde o anúncio das primeiras contaminações ocorridas na China, ainda em dezembro de 2019. No início do mês de dezembro, as primeiras ocorrências seriam de pessoas internadas com pneumonia em hospitais na cidade de Wuhan. Depois de três semanas, foi divulgado o código genético do vírus, também em Wuhan. Em 30 de dezembro de 2019, foi feita a notificação à Organização Mundial de Saúde (OMS) de casos de pneumonia de causa desconhecida pelas autoridades chinesas. Já em 03 de

---

<sup>2</sup> Optou-se por mencionar os dados divulgados pela imprensa e não os índices apontados pelo Governo Federal. No portal em que estão disponibilizados os números governamentais em relação à pandemia, há uma divergência, tanto em relação aos brasileiros que contraíram Covid-19, como àqueles que faleceram em decorrência do vírus; além de as informações acerca do quantitativo da população brasileira estimada também estarem desconcoradas. Em alguma medida, essa questão será mencionada no decorrer do trabalho. Dados disponíveis em: [https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?\\_ga=2.109463685.1420177299.1609694505-3599d229-7591-e730-cc20-317a03ae2673#/](https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.109463685.1420177299.1609694505-3599d229-7591-e730-cc20-317a03ae2673#/). Acesso em: 03 jan. 2021.

<sup>3</sup> Informação disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm\\_source=portal&utm\\_medium=popclock&utm\\_campaign=novo\\_popclock](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock). Acesso em: 03 jan. 2021.

<sup>4</sup> Informações disponíveis em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/linha-do-tempo>. Acesso em: 03 jan. 2021.

janeiro de 2020, o Brasil solicita esclarecimentos à OMS. Dias depois, é feito pela OMS o primeiro comunicado oficial de 44 casos de pneumonia de causa desconhecida, relacionada ao Mercado de Frutos do Mar em Wuhan, na China. Em 16 de janeiro de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro divulga um boletim epidemiológico, a propósito do que se sabe sobre a doença e o vírus até aquele momento. Em 21 de janeiro, a OMS, ao divulgar seu primeiro boletim epidemiológico, menciona que há um risco moderado de infecção, o que ela vai retificar em 28 de janeiro, assumindo que houve um erro, e elevando, assim, o risco para alto, sendo que, dois dias depois, na data de 30 de janeiro, a entidade declara Emergência Internacional. Diante disso, em solo brasileiro, na data de 31 de janeiro, é acionado o Grupo Executivo Interministerial. Em 03 de fevereiro, é realizada a primeira reunião do Grupo Executivo Interministerial em Saúde Pública, ocasião em que o Brasil declara Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, motivo pelo qual o Ministério da Saúde enviou um Projeto de Lei de Quarentena ao Congresso Nacional em 04 de fevereiro, projeto esse aprovado nos dias 04 e 05 de fevereiro pelo Legislativo brasileiro. Também em 05 de fevereiro o Brasil inicia a Operação Regresso, missão de repatriamento de 34 brasileiros que viviam em Wuhan e que demonstraram interesse em deixar a China e retornar ao país de origem.

Os primeiros coronavírus em humanos foram identificados no decorrer da década de 1960. Trata-se de uma grande família de vírus comuns que podem se manifestar em espécies de diferentes animais, como camelos, gado, gatos e morcegos; raramente os coronavírus encontrados em animais podem também infectar pessoas. Quando ocorre em humanos, boa parte deles é infectada com coronavírus comuns ao longo de sua vida, sendo as crianças mais propensas a serem acometidas por essa família de vírus, que são responsáveis por causar infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (SARS-CoV-2) foi descoberto no final de dezembro de 2019 na China e tivemos então a declaração de uma pandemia mundial. Desde o início de fevereiro de 2020, a OMS passou a se referir oficialmente à doença causada pelo novo coronavírus como Covid-19. COVID significa *CO*rona *VI*rus *DI*sease (Doença do Coronavírus), e “19” se refere ao ano de 2019, quando foram detectados os primeiros casos em Wuhan, na China. Segundo a Organização, essa denominação se fez importante no sentido de evitar casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças.

Países da Europa como Itália e Espanha foram duramente castigados, com o registro de muitas mortes em decorrência desse vírus. Atualmente, os países que

concentram a maior parte dos casos de Covid-19 são: Estados Unidos, Índia, Brasil, Rússia e França. Histórias que remetam a fatos tristes certamente não faltam. No entanto, também há pontos positivos ocasionados pela pandemia. Em tempo recorde, foram viabilizados estudos por empresas, universidades e institutos de pesquisa no sentido de formular e disponibilizar vacinas, ainda que em caráter emergencial, tanto é assim que já no início de dezembro de 2020 havia registros de nações imunizando suas populações, como é o caso do Reino Unido. Paralelo a isso, em meio a toda apreensão e incertezas que cercam os sujeitos em uma situação de pandemia, temos que lidar com a propagação de declarações de pessoas em geral, bem como de políticos, no sentido de amenizar a gravidade da situação, ou ainda da (não) segurança das vacinas que estão sendo desenvolvidas, e também acerca da abrangência da circulação do vírus em meio à população. Esse é o caso do Brasil, lembrando que com a pandemia em curso tivemos a demissão de dois Ministros de Saúde, ambos médicos de formação, e a nomeação de um terceiro, um general do Exército, em caráter interino, que já atuava no Ministério na condição de secretário-executivo da pasta por apresentar conhecimento e experiência na área de gestão e logística.

Sabe-se que um fenômeno como uma pandemia envolve muita angústia, apreensão, medo, sobretudo por sermos obrigados a lidar com o desconhecido. No entanto, justamente por estar diante de um território a ser desbravado, principalmente no campo da ciência, não só as áreas da medicina e da biologia se viram instadas a ter a pandemia e a circulação do coronavírus como objeto de análises e estudos; no campo dos estudos linguísticos também ocorreu essa mobilização. Em vista disso, tomaremos o acontecimento histórico e discursivo de uma pandemia no Brasil na contemporaneidade, em meio à formulação de discursos e políticas de descrédito de medidas que poderiam auxiliar na não circulação do vírus entre a população. Serão retomados e evidenciados os discursos ligados à área de saúde, no sentido de poder contribuir com o debate científico com a proposição de reflexões de um tema que ainda está em seu pleno desenvolvimento no curso da História da humanidade.

### **1. Pandemias como acontecimento histórico-discursivo**

O linguista francês e estudioso do discurso, Dominique Maingueneau (2020), aponta que a crise sanitária pela qual estamos passando, no campo dos estudos do discurso, se torna bastante proveitosa, já que é preciso propor novos objetos de análise,

bem como novos corpora, sobretudo em razão dessa crise colocar em questão certos limites de abordagens discursivas tidas, até então, como mais tradicionais. Para Maingueneau, a interpenetração entre o discurso e a epidemia é forte. Segundo ele, “uma coisa é certa: esse vírus desperta medo no mundo inteiro e o discurso é chamado a responder a esse medo” (MAINGUENEAU, 2020, p. 2).

No entendimento de Maingueneau é necessário assimilar a epidemia de fato como uma realidade discursiva, ou seja,

uma epidemia é espontaneamente apreendida como uma realidade biológica, médica ou social. Se adotamos o primeiro ponto de vista, escrutinamos a estrutura do vírus ou das bactérias, a liberação de anticorpos, os fatores genéticos, etc. Se adotamos o segundo ponto de vista, nos interessamos pelos modos de transmissão, pelos medicamentos, pelos protocolos terapêuticos. Se adotamos o terceiro ponto de vista, a epidemia é apreendida através de suas condições e seus efeitos sociais: os grupos sociais mais afetados, as consequências psicológicas ou econômicas do confinamento generalizado, etc (MAINGUENEAU, 2020, p. 16-17).

Tomando as consequências psicológicas como mote, em que temos a pandemia ressignificada diante de sua realidade social, vale lembrar das palavras do escritor e crítico literário brasileiro Julián Fuks. Em um ensaio intitulado *Falência do tempo - Pandemia provoca a ilusão de um futuro desfeito*<sup>5</sup>, Fuks (2020) aponta que estamos vivendo um tempo de falências; uma falência múltipla, segundo ele: de nossos órgãos, dos sistemas de saúde, de famílias, de empresas, da razão... e, talvez, a mais discreta e percebida por muitos nos seus detalhes seja a falência do próprio tempo. O escritor avança na sua reflexão e menciona que estamos imersos em um trauma, coletivo e disperso, em que não é fácil decifrar a paralisia temporal à qual estamos assujeitados. Para ele, não é o passado o que tentamos negar agora, mas sim este presente atípico que somos obrigados a vivenciar, lembrando com nostalgia a ausência desse passado que buscamos, a todo custo, recuperar, na medida em que ele vai se distanciando como se nunca tivesse nos pertencido.

Em sua ponderação, Fuks (2020) menciona que o que mais nos gera desconfiança é o futuro, uma vez que tem se propagado o discurso de que o mundo mudou para sempre e jamais voltaremos a ser os mesmos de outrora. Diante disso, há a sensação de uma ausência de horizonte, em que a paralisia do tempo se torna generalizada, pandêmica, pois não temos como vislumbrar mais que alguns meses,

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/04/24/ensaio-falencia-do-tempo---pandemia-provoca-a-ilusao-de-um-futuro-desfeito.htm>. Acesso em: 06 jan. 2021.

sendo desconsiderada a possibilidade dos anos plurais, das décadas. O escritor sugere, então, que contra toda essa paralisia temporal, dentre as muitas ações que o presente tem nos exigido, sobretudo no que toca à nossa própria sobrevivência, não seja pouco importante também uma dada luta contra a falência do tempo; aliás, uma luta contra a ilusão de que não há mais tempo, de que o passado não nos pertence, de que o futuro jamais existirá. Fuks (2020) propõe que não devemos nos deixar abater pela obscuridade do presente; o autor entende que o horizonte é amplo e é em direção a ele que estamos avançando. Dessa maneira, podemos, sim, olhar para o passado com um bocado de nostalgia, no entanto, devemos nos lembrar de que o rio do tempo continua fluindo silenciosamente nas ruas, nas praças, nos campos, nas cidades, no universo... e não tardará o momento em que as notícias angustiantes desse nosso presente começarão a se tornar esparsas de modo que o presente se torne passado e que um futuro inteiro, logo ali adiante, está a nos aguardar.

Tendo isso em vista, de que devemos estar com os pés no presente, vislumbrando um futuro e que não devemos nos esquecer do passado, afinal, só é possível transformar o presente com o que o passado pode nos ensinar, no intuito de garantir o futuro, resgatamos aqui o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020). Motivadas pela pandemia de coronavírus em 2020, as pesquisadoras, com a intenção de buscar compreender esse presente obscuro ao qual estamos submetidos, lançaram olhar para um acontecimento do passado, na esperança de poder oferecer conhecimento e, quiçá, um alento para que tenhamos condições de alcançar o futuro.

Desse modo, a partir de vasta pesquisa em fontes e imagens da época, Schwarcz e Starling (2020) remontam aos idos de 1918 e 1919 ao descrever a chegada da gripe espanhola ao Brasil, rescaldo ainda da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914 e que perduraria até novembro de 1918. Buscam assim identificar a trajetória e os impactos da doença que assolou o país, e mapeiam a evolução do contágio do vírus desde as cidades litorâneas às capitais, analisando os fatores que contribuíram para sua rápida disseminação. Os dados obtidos relatam de forma minuciosa a maneira como os sérios estragos incidiram na vida das populações de cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro (capital do país na altura), São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Manaus, ficando evidente, portanto, a falta de coordenação das ações das autoridades, que a princípio assumiram uma postura negacionista quanto à gravidade da gripe. As

autoras esmiúçam, então, as desigualdades sociais e as precariedades dos serviços sanitários, no sentido de desconstruir a suposta ilusão de progresso que a política da República, recém proclamada, tentava fazer prevalecer.

Naquele momento, a calamidade de saúde pública atingiu sobretudo os pobres e a população negra, de modo que, iludido por estatísticas maquiadas e remédios ineficazes, o povo ficou à mercê do vírus até o declínio espontâneo da doença, que também acabou por provocar forte recessão. As autoras desenvolvem sua análise por meio de dados históricos, sendo um olhar possível para se entender o fenômeno de cem anos atrás a designação da doença como reflexo dos costumes e dos preconceitos de uma dada época, conforme podemos perceber nas passagens a seguir:

Há quem diga que se pode avaliar a importância de uma doença pela quantidade de nomes que ela recebe. É o caso da gripe espanhola, que impingiu um verdadeiro flagelo mundial, de 1918 até o início de 1920. A moléstia foi chamada também de “bailarina” - porque dançava e se disseminava em larga escala, e porque o vírus deslizava com facilidade para o interior das células do hospedeiro e se alterava ao longo do tempo e nos vários lugares em que incidia -, de “gripe pneumônica”, “peste pneumônica”, “grande influenza”, ou, simplesmente, de “espanhola”. [...] O nome pelo qual a doença se tornou mais conhecida foi obra do acaso, ou melhor, da geopolítica internacional: o fato de a Espanha ter se mantido neutra durante a Primeira Guerra Mundial, o que permitiu que ali a imprensa noticiasse, sem disfarces ou meias-palavras, a chegada da estranha virose ao país. Ou seja, não havia “razão de Estado” para deixar de divulgar ou para amenizar a existência do surto de gripe que paralisara o esforço de guerra nas diversas nações envolvidas no conflito, em virtude de suas consequências econômicas e impactos na capacidade de mobilização da sociedade, ou mesmo por sua ação perniciosa nos campos de batalha, onde enfraquecia as tropas e abatia psicologicamente os soldados (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 25-26).

Ou seja, essa abordagem de como um evento de saúde pública é referenciado, é designado, tanto pelas autoridades e pela imprensa, como pela população de um modo geral, nos oferece parâmetros da cultura de seu tempo e igualmente da política e da economia. Isso nos remete às palavras de Maingueneau (2020, p. 3) quando ele afirma que “nomear não é suficiente para conhecer todas as suas propriedades, mas é o bastante para converter o inominável em um elemento pertencente a uma grade construída por cientistas e sobre a qual podemos, portanto, agir”. As autoras, então, com o auxílio das ferramentas da história social, cultural e da ciência, traçam um panorama da gripe espanhola no Brasil, revelando seus tristes paralelos com a pandemia que mais de cem anos depois veio assombrar o mundo.

Um outro olhar lançado sobre o caráter discursivo de uma pandemia em sua dimensão brasileira é aquele estabelecido pelo linguista brasileiro e também estudioso

do discurso, Atilio Butturi Junior (2020), em que procura evidenciar os discursos e práticas que aproximam a epidemia de Covid-19 à epidemia da Aids diante dos enfrentamentos históricos dessas crises sanitárias no Brasil. Segundo Butturi Junior (2020, p. 99), no acontecimento da pandemia de Covid-19, temos a circulação de “uma série de discursos que materializam a indiferença em relação à morte e a assunção do terror como estratégia de gestão da crise sanitária”. Para ele, temos então a produção de uma epidemia discursiva, ou ainda, de que as pandemias se materializam midiaticamente. Essa constatação é bastante verdadeira, já que as populações estão constantemente conectadas aos enunciados produzidos por diversos atores sociais e estão também expostas a um conjunto expressivo de outros enunciados, que, por vezes, têm como objetivo discutir, comentar, corroborar e até mesmo refutar os enunciados desses atores.

Na análise apresentada por Butturi Junior, se destaca “o ponto de deslocamento da relação entre as pandemias e a produção do verdadeiro nos regimes de espetacularização midiático - atualmente, intensificado nas redes sociais” (BUTTURI JUNIOR, 2020, p. 107). Para ele, diante desses aspectos e considerando a aproximação entre Aids e Covid-19, é possível descrever três regularidades discursivas: o discurso como epidemia, os deslocamentos do *status* do discurso farmacológico e o espaço estratégico dos governos na gestão da vida e da doença. Tendo isso em mente, portanto, Butturi Junior afirma que o próprio laço social se rompe, uma vez que o Estado não é capaz de oferecer garantias mínimas para a manutenção e o desenvolvimento da vida de um modo geral; além disso, podemos observar a construção da opinião pública baseada não tanto em um processo racional de negociação, mas sim em uma escolha baseada em afetos, emoções e crenças.

Esses aspectos histórico-discursivos, portanto, lançam luz sobre a ocorrência de pandemias no decorrer da História e, ao termos a configuração de uma epidemia como discurso, é possível compreender esses eventos, então, como um acontecimento discursivo, pois, segundo Cazarin e Rasia (2014),

o acontecimento em si, tomado como fato histórico, é o que concebemos como acontecimento histórico, como algo pontual, capaz de gerar múltiplas discursividades, muito embora, dado à incompletude do discurso, um acontecimento, na maioria dos casos, já é resultado de uma discursividade anterior, de uma construção discursiva (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 194).



Diante disso, as autoras, ao retomarem as palavras de Pêcheux (1990), propõem “que o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado” (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 195). Ou seja, para as pesquisadoras,

o acontecimento discursivo é que permite a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso. Um acontecimento discursivo estabelece uma ruptura (rompe com a “estabilidade” anterior) e inaugura uma nova “estabilidade discursiva”, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e a materialidade histórica (CAZARIN; RASIA, 2014, p. 195).

Sendo assim, no intuito de empreender um gesto de análise, a partir da estratégia do governo brasileiro para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 como acontecimento discursivo e seus desdobramentos como elementos de uma regularidade discursiva, buscaremos estabelecer reflexões em que o esfacelamento de determinados discursos de convívio social fica evidente, apontando para o empobrecimento do simbólico, e de onde é possível apreender, portanto, a materialização na linguagem de uma atitude perversa, uma vez que há a presença constante do desentendimento entre os homens e que indicam seu papel e seu valor na construção dos laços sociais.

## **2. Um olhar sobre notas de repúdio acerca do combate à Covid-19 no Brasil**

Para que possamos contribuir com a compreensão da ocorrência da pandemia de Covid-19 em seu contexto brasileiro, vamos utilizar como material de análise textos que vêm circulando no Brasil há algum tempo, principalmente ao longo do processo eleitoral no ano de 2018 e da condução de Jair Bolsonaro à Presidência da República: as notas de repúdio. Intentamos estabelecer nosso *corpus* tendo em vista que a circulação desse gênero discursivo é relativamente recente, conforme apontado por Dominique Maingueneau anteriormente,, além de se mostrar significativo no sentido da configuração de um fenômeno linguístico-discursivo relevante frente a atitudes ou declarações que denotam uma certa ingerência do Presidente da República na condução do seu mandato e, sobretudo, diante de uma grave crise sanitária, em que há a constatação de que sua política só se torna possível em meio ao dissenso, ou seja, Bolsonaro desconhece ou refuta o consenso. Diante disso, elegemos aleatoriamente dois desses textos para que possamos observar esses aspectos. Vamos a eles.

Na data de 16 de abril de 2020, o Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN), fundado sob o nome

de Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), veiculou uma *Nota de repúdio e de alerta à população*<sup>6</sup> (ASFOCSN, 2020). Nesse texto, relativamente longo para uma nota, a entidade aborda o acontecimento da demissão do ocupante da cadeira do Ministério da Saúde do Governo Federal à época, Luiz Henrique Mandetta, além de se manifestar acerca de declarações do Presidente da República no tocante à condução das medidas sanitárias envolvendo a pandemia. Eis o primeiro parágrafo do texto:

A Asfoc-SN vem a público mais uma vez manifestar o seu completo desagrado com a forma irresponsável como o presidente da República vem lidando com a pandemia que ameaça a vida de todos e o futuro do país. Não bastam os péssimos exemplos, as declarações estapafúrdias ou a escolha de estratégias cruéis e desprovidas de amparo científico. Bolsonaro, além de não contribuir com absolutamente nada de positivo, atrapalha os esforços de articulação e coordenação das demais autoridades do país, procurando desestabilizar governadores, prefeitos, o Ministério da Saúde e suas instituições. Atitudes que também se contrapõem às iniciativas da sociedade civil que busca se organizar para enfrentar uma ameaça que, embora qualificada por ele de “resfriadinho”, a cada dia faz mais vítimas e demonstra quanto sofrimento e prejuízos é capaz de causar (ASFOCSN, 2020).

O tom empregado pela nota se mostra bastante contundente, conforme se pode verificar na utilização de termos como “completo desagrado”, “forma irresponsável”, “péssimos exemplos”, “declarações estapafúrdias”, “escolha de estratégias cruéis”, além de recuperar uma das declarações irônicas e infelizes emitidas pelo Presidente da República, neste caso, de que os efeitos do coronavírus seriam relativamente amenos, não indo além de um mero “resfriadinho”. Tal atitude de Bolsonaro contribuiu para uma articulação pouco eficiente entre União, Estados e municípios no enfrentamento da pandemia, sobretudo quando vemos a desqualificação das instituições científicas e de medidas que, na altura, eram as únicas armas para combater e arrefecer os números assombrosos em relação ao vírus. Assim, a nota avança:

Nós, da Asfoc-SN, não somos defensores incondicionais do ex-ministro e muito menos participamos de suas posições políticas. Entretanto, consideramos completamente descabida uma demissão em meio ao combate à pandemia e em um momento em que ela se agudiza. Uma demissão que tem por objetivo abrir passagem para o afrouxamento do isolamento horizontal, a medida mais eficaz de que dispomos para reduzir o número de vítimas, a transmissão e o ritmo de propagação da Covid-19. Essa é, certamente, a razão principal da demissão do ministro da Saúde (ASFOCSN, 2020).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/content/nota-de-repudio-e-de-alerta-populacao>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Nesse trecho, temos a abordagem da demissão de Mandetta e as possíveis causas que possam tê-la ocasionado, revelando, portanto, que na condução das políticas que buscavam dirimir os efeitos da pandemia no Brasil, as atitudes de Bolsonaro destoavam das ações e dos discursos que o ocupante da pasta de Saúde propalava, de que era necessário conter o avanço do vírus com base em ações respaldadas pela ciência, como o uso de máscaras faciais e o distanciamento social. Seguindo adiante, a nota aponta que

As ações reprováveis do chefe do Executivo atingiram um grau incomum de falta de desprendimento e espírito público com a demissão do ministro da Saúde em meio a um quadro delicado de combate à propagação da Covid-19. Uma demissão por ele construída com fogo contínuo expresso em desautorizações explícitas às determinações do ministro e sua equipe. Uma demissão cujos motivos, o discurso oficial, apesar de procurar minimizar e não revelar, se mostra incapaz de esconder. O que vimos na coletiva concedida pelo presidente da República foi uma tentativa de explicar o inexplicável. Uma justificativa pífia e desprovida de argumentos razoáveis. Um recuo do presidente em explicitar a polarização que ele mesmo estabeleceu de modo tão contundente em suas declarações anteriores entre proteção à vida e economia. Assistimos a um constrangedor malabarismo discursivo. Uma atitude raramente vista em países onde o bom senso orienta as ações dos governantes (AFOCSN, 2020).

Aqui, a nota lança luz sobre a estratégia de governar de Bolsonaro, em que fica claro que não há pudor ao desqualificar seu subordinado, seja ele quem for, ocasiões relativamente recorrentes às quais a imprensa brasileira frequentemente menciona como sendo um ato de “fritura pública”. Tal atitude não foi utilizada apenas no episódio da demissão de Mandetta, ela é um *modus operandi* do Presidente sempre que é identificado um detrator, seja da pessoa de Bolsonaro, seja da sua política e forma de conduzir seu mandato. Este trecho evidencia, portanto, que o atual governo não possui a habilidade de administrar levando em consideração o consenso; ao contrário, a estratégia que advém do Palácio do Planalto só consegue se concretizar perante o dissenso. Essa passagem da nota, então, nos conduz às reflexões de Ruth Amossy (2017), quando a estudiosa do discurso e pesquisadora dos estudos da argumentação pondera a propósito do embate entre consenso e dissenso:

As dissensões persistentes são consideradas como perturbações à harmonia social e entraves ao processo de tomada de decisão. Daí decorrem as inúmeras condenações à polêmica, isto é, ao choque muitas vezes brutal de opiniões contraditórias que acentuam as diferenças em vez de procurar um consenso viável voltado para a ação comum. Enquanto, de um lado, o debate é necessário, porque permite uma troca de opiniões divergentes sobre uma mesma questão que pretende chegar a um acordo da maioria, por outro lado, a polêmica aparece como supérflua, e mesmo nociva, na

medida em que parece buscar o dissenso, e não o consenso (AMOSSY, 2017, p. 230).

Seguimos, então, com a abordagem de outro trecho da nota em análise:

Para ele [Bolsonaro] e seu grupo de apoiadores não importam a ciência ou os apelos por considerações de ordem humanitária. Não importam as nossas vidas ou as de nossos parentes, vizinhos e conhecidos. “Alguns vão morrer. Paciência”, disse o presidente mais de uma vez, enquanto afirmava que a pandemia era uma “gripezinha que não justificava a histeria” da Organização Mundial de Saúde, dos líderes mundiais, das autoridades sanitárias locais, dos governadores e prefeitos, e da população que aderiu ao isolamento voluntário. Para o presidente e seus apoiadores, somos apenas números manipulados em uma linha de argumentos falsa e dissimuladora, destinada a manter tudo como antes com cortes de direitos, ataques ao serviço público, privatizações e alinhamento automático com os EUA. Não há preocupação real com nossas vidas, com nossos empregos ou mesmo com uma economia que sirva a todos. O cálculo frio e desumano leva em consideração que existe gente demais e falta emprego e Estado para atender a todos (ASFOCSN, 2020).

Temos aqui a recuperação de declarações realizadas por Bolsonaro, novamente, no sentido de refutar orientações que poderiam amenizar a propagação do vírus e, conseqüentemente, o número de vítimas fatais. Há, como se vê, um total descaso em relação à vida humana, em relação ao outro. Além disso, também há menção à política de austeridade conduzida pelo Governo desde que assumiu, no início de 2019. Portanto, seja na elaboração de estratégias para combater um evento extremo, como é o caso da pandemia de Covid-19, seja na abordagem dos assuntos corriqueiros inerentes ao dia a dia de uma nação, percebe-se que a população brasileira está abandonada à própria sorte, de modo que conseguimos recuperar o raciocínio de Butturi Junior (2020), mencionado anteriormente, quando verifica de forma generalizada discursos que materializam indiferença no tocante à morte, bem como o terror como estratégia, não apenas na gestão da crise sanitária que assola o país, mas também no cotidiano brasileiro.

Considerando aspectos trazidos à tona por essa primeira nota de repúdio, em que selecionamos trechos mais contundentes na gestão de medidas sanitárias no combate à pandemia, é possível visualizar elementos de ordem mais geral da política bolsonarista enquanto modo de governar. Isso nos remete uma vez mais às palavras de Amossy (2017) ao associar a questão da polêmica aos estudos do discurso e da argumentação. Para ela, as funções da polêmica na democracia não são estranhas à Análise do

Discurso, já que, nos domínios discursivos, estamos no entrecruzamento do formal com o social, em seus aspectos sociais, institucionais e políticos. Assim, para Amossy,

Combinar as práticas que tiveram origem na análise do discurso e na argumentação retórica permite responder às indagações que a polêmica suscita sempre: qual é a natureza do discurso polêmico, o que o torna singular? Mas também: como a polêmica, com sua veemência, se inscreve no quadro do debate público, em que medida ela se afasta de suas normas declaradas, quais são seus objetivos e suas implicações? Em resumo, trata-se de definir a polêmica como fenômeno verbal, de ver como ela funciona, e verificar que papéis é chamada a desempenhar no espaço público contemporâneo (AMOSSY, 2017, p. 228).

Diante desses questionamentos, podemos e devemos levar em consideração a combinação entre análise do discurso e retórica no sentido de explorar e contribuir para o entendimento do discurso polêmico nas suas facetas sociais, linguísticas e, conseqüentemente, discursivas. Então, ao verificarmos a circulação das notas de repúdio como resposta às declarações do Presidente da República no enfrentamento da pandemia, temos um exemplo do uso que os sujeitos fazem da língua(gem) em contexto; estamos, portanto, diante de trocas verbais, da ação do homem no mundo e dos reflexos dessas ações sobre a vida de outros homens.

Em alguma medida, podemos ter em vista, então, a análise de Hugo Mari (2000) ao abordar a questão do consenso/dissenso discursivo, considerando as suas condições de emergência na dimensão linguística e enunciativa. Para Mari,

quanto mais as expectativas sobre os sentidos socialmente disseminados apontam para o dissenso, tanto mais armamos trincheiras para combatê-lo, tanto mais ainda sofisticamos os nossos instrumentos para vesti-lo de consenso, porque, em nenhum momento, queremos deixar que os sentidos escapem de um domínio do racional (MARI, 2000, p. 142).

Em outras palavras, para o autor,

Desmontar ou sustentar farsas, consagrar ou refutar elogios, ratificar ou retificar críticas, denunciar ou abonar injustiças são procedimentos que representam valores relativos, os quais utilizamos como forma de ajustamento do discurso. Entre os valores absolutos dessas escalas existe uma infinidade de outros valores praticáveis na nossa atividade discursiva (MARI, 2000, p. 155).

Sendo assim, a busca pela harmonia, pelo acordo, pelo consenso deveria ser privilegiada nas relações humanas uma vez que é necessário que consigamos, como maioria, concordar sobre os mais diversos aspectos da vida em sociedade, tendo em

vista que diferentes práticas discursivas são capazes de direcionar as relações humanas e os interesses públicos. Em oposição a isso, segundo Amossy,

Para desqualificar o discurso do outro, a polêmica recorre a um conjunto de procedimentos discursivos e retóricos: a negação, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manejo direcionado do discurso relatado, a ironia, a hipérbole etc. Todas as armas são boas para o embate (AMOSSY, 2017, p. 231).

Temos em funcionamento, desse modo, uma polarização, onde há o estabelecimento de antagonistas que necessitam provocar uma hostilidade mútua, diante da presença de um “nós”, que frequentemente está em desacordo de um “eles”, que deve ser combatido, por meio do descrédito à tese ou à pessoa do outro; eis, assim, a definição das características essenciais de Jair Bolsonaro ao encarnar a posição de Presidente da República, conforme temos verificado desde que assumiu o posto e que se revela também na condução da crise sanitária que temos vivenciado atualmente. Passemos, assim, à análise da segunda nota que compõe o *corpus* deste trabalho.

No dia 08 de junho de 2020, a Sociedade Brasileira de Imunologia veiculou uma breve nota de repúdio que havia sido elaborada inicialmente pela Academia Brasileira de Ciências, em conjunto com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O texto, cujo título é *Repúdio: Nota sobre a ocultação e manipulação dos dados oficiais sobre a Covid-19*<sup>7</sup> (SBI, 2020), foi subscrito por mais de 60 entidades e instituições de todo o país e enviado ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta, além do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Eis o primeiro trecho dessa nota:

Na noite de sexta feira, 5 de junho de 2020, foi retirado o acesso ao portal do governo federal que divulga os dados diários da COVID-19. O referido portal foi reaberto no sábado, 6 de junho de 2020, contendo informações reduzidas, com a justificativa de adoção de nova sistemática de contabilização de casos e óbitos causados pela doença. A atitude do Governo em não revelar os dados da pandemia permite a manipulação das informações sobre a evolução da COVID-19 no país e impede o acompanhamento e a contenção da doença que tem afetado centenas de milhares de brasileiros. Um cenário de desinformação contribui para que a população se sinta abandonada à sua própria sorte (SBI, 2020).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://sbi.org.br/2020/06/08/nota-sobre-a-ocultacao-dos-dados-da-covid-19/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Considerando a escalada da pandemia no país, este trecho da nota faz menção à restrição ao acesso a dados sobre a Covid-19 imposta pelo Governo Federal. Tal atitude colocou em dúvida a fidedignidade das informações que, a princípio, deveriam estar sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. Em resposta, veículos da mídia hegemônica brasileira, como *O Estado de S. Paulo*, *Extra*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e os portais de notícias *GI* e *UOL*, formaram uma parceria no sentido de consolidar as estatísticas a respeito da evolução e o total de óbitos além dos números absolutos de casos testados e positivos de coronavírus. Isso se deu devido a mudanças feitas pelo Ministério da Saúde na divulgação de seu balanço, em que foram identificadas inconsistências, tendo em vista que havia sido verificada uma suposta diminuição dos números de casos e de vítimas.

Normalmente, os dados referentes à pandemia no contexto brasileiro vinham a público por meio de entrevistas coletivas, sempre às 17h, concedidas pelo então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Posteriormente, essas reuniões foram alteradas para 19h, e, por fim, passaram a ocorrer às 22h. Segundo a imprensa, essas alterações dificultariam a veiculação dos números pelos telejornais noturnos e também pelos jornais impressos na manhã do dia seguinte. No entendimento de Jair Bolsonaro, as mudanças promovidas nos horários de divulgação das informações acerca da pandemia poderiam fazer com que as reportagens negativas veiculadas pelo *Jornal Nacional* cessassem, fazendo referência ao noticiário da Rede Globo de Televisão, um dos principais veículos de imprensa responsável por fazer forte oposição ao atual governo.

Além desse fato, houve também uma mudança de caráter qualitativo, em que apenas os dados de casos novos eram computados, registrados no próprio dia, não levando em consideração os números de forma consolidada. Foi em virtude disso que ocorreu essa reunião inédita, denominada de *consórcio de veículos de imprensa*, com o intuito de coletar as informações diretamente com as secretarias estaduais de saúde. A nota prossegue:

É, portanto, indispensável e urgente que sejam restabelecidas a transparência e a clareza na divulgação dos dados, em tempo real, para toda a população e para o mundo, condição necessária para o enfrentamento dessa terrível pandemia. Só assim será possível, a partir da análise científica baseada em dados confiáveis, sair da crise e reduzir o número de vítimas.

Repudiamos qualquer omissão ou deturpação de dados relativos à COVID-19. A subtração e a manipulação de dados não mudam a realidade. E não aliviam o peso de

milhares de mortes sobre aqueles que preferirem a ficção à ação, abdicando de seu dever de proteger a saúde da população (SBI, 2020).

A atitude promovida pelo governo brasileiro, conforme relatado na nota, ao sonegar informações em meio a uma crise sanitária global, dentre outros tantos gestos, evidencia a desfaçatez do Presidente da República, acompanhado de sua equipe, ao assumirem um comportamento errático no sentido de deturpar a realidade e manipular a opinião pública no intuito de minimizar os efeitos da pandemia. Tal comportamento, disseminado no âmbito individual e também de forma coletiva, nos remete à reflexão promovida recentemente pela linguista brasileira e estudiosa do discurso, Helcira Lima (2020), ao desenvolver uma análise a respeito do negacionismo e, mais especificamente, o negacionismo científico em torno da disseminação de discursos contrários às vacinas em páginas de redes sociais. Segundo Lima,

O negacionismo tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas, sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. Há nele um desejo de fazer parecer que o tema em jogo se trata de algo falso, mentiroso, a partir de uma aparência de racionalidade. São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível. Os efeitos de real visam conferir credibilidade ao discurso (LIMA, 2020, p. 391).

Para a pesquisadora, as constantes crises econômicas e políticas que acompanham a história do Brasil como nação, bem como a desigualdade social estrutural, seriam fatores essenciais para a disseminação de *fake news* e de discursos negacionistas. Na visão de Lima, esses elementos estão fortemente relacionados ao fenômeno da “pós-verdade”, que remete a um ceticismo acerca dos benefícios da verdade; ceticismo esse, na sua concepção, atrelado a um cinismo, responsável por relativizar tragédias históricas, como o Holocausto, por exemplo. Conforme as palavras de Lima,

Os negacionistas visam não rever ou reexaminar o fato histórico, mas falsear a história, a partir de motivações ideológicas. No caso do holocausto o que se deseja é apoiar a nostalgia do regime totalitário, a utopia eugenista de uma nação pura. Esse movimento é uma reação, é uma forma de se opor à realidade. Trata-se de uma construção argumentativa que se apoia em valores comungados por determinados grupos sociais que se mostram abertos a tais construções discursivas, mas eles também podem visar a um público mais vasto, dependendo da pauta (LIMA, 2020, p. 393-394).



Em virtude disso, Lima verifica ainda que o negacionismo se dá, sobretudo, pela prática de violência verbal em que há a presença de argumentos incitando o medo ou a vergonha, afinal, promover violência contra o outro por meio da língua(gem) é um mecanismo para que se possa silenciá-lo. Segundo ela, o negacionismo da voz da ciência sobre a Covid-19 no Brasil é, na verdade, a negação da educação e do seu valor, em que a pandemia pode ser compreendida como um fenômeno de uma civilização corrompida revelando, assim, uma sociedade há tempos bastante adoecida.

### **Considerações finais**

Ao longo dos dias em que este texto foi sendo redigido, os números em relação à pandemia de Covid-19 no Brasil só fizeram aumentar. Os dados atualizados dão conta de 209.868 óbitos e 8.483.105 casos confirmados, segundo informações veiculadas pelo *consórcio de veículos de imprensa*<sup>8</sup> na data de 17 de janeiro de 2021. Nesse mesmo dia, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso emergencial da vacina *Coronovac*, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac e disponibilizada por meio de uma parceria com o Instituto Butantan, vinculado ao Estado de São Paulo, bem como aquela desenvolvida em conjunto pela Universidade de Oxford e pela farmacêutica AstraZeneca, a ser produzida no Brasil nas dependências da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Saúde.

Essas notícias, tanto dos dados assombrosos acerca da pandemia no seu contexto brasileiro, bem como da liberação do uso de vacinas em caráter de excepcionalidade, surgem no noticiário nacional e mundial após dias de verdadeiro horror vivenciado por habitantes e profissionais de saúde em Manaus, capital do Estado do Amazonas. Devido a uma escalada vertiginosa dos casos de Covid-19, possivelmente em virtude das festas de final de ano, houve uma superlotação de hospitais públicos e privados da cidade, o que levou à escassez generalizada de oxigênio medicinal, necessário para oferecer suporte terapêutico em casos mais graves da moléstia, de modo que muitas pessoas faleceram sufocadas por conta da ausência do insumo. Temos, então, a configuração de uma metáfora bastante infeliz: a sétima maior cidade do país, envolvida pela Floresta Amazônica, considerada simbolicamente como o pulmão do mundo, se vê agonizando em virtude de falta de ar, literalmente.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/17/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-17-de-janeiro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2021.

Essa cena, digna de filmes de terror, infelizmente é real e rompe em alguma medida com o raciocínio das pesquisadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2020) quando se sentem motivadas a buscar elementos do passado, considerando a pandemia de gripe espanhola no Brasil cem anos atrás, com vistas a compreender o acontecimento da atual pandemia e, assim, oferecer informação e conhecimento para que a devastação em termos econômicos, sociais e humanos pudesse ser a menor possível. Efetivamente, temos vivenciado o que o escritor Julián Fuks (2020) esboçou no seu ensaio: não apenas a falência do tempo, mas, principalmente, a falência de nossos órgãos, dos sistemas de saúde, a falência da razão, afinal, o que temos visto é um descaso do Governo Federal na condução das medidas que certamente poderiam amenizar esse cenário de guerra; no entanto, o que se vê é a proliferação de embates político-ideológicos que, até o momento, só fizeram agravar ainda mais a crise sanitária pela qual a população brasileira tem passado e sucumbido.

Porém, mesmo em meio ao caos e diante do medo despertado pelo coronavírus, conforme as palavras de Maingueneau (2020), e, ainda que tenhamos a produção de uma epidemia discursiva, que se materializa midiaticamente, considerando a percepção de Butturi Junior (2020), há um fio de esperança e é a ele que devemos nos agarrar. O historiador israelense Yuval Noah Harari (2020), ao examinar os dilemas provocados pela pandemia de coronavírus, pondera que:

Como historiador, não posso oferecer aconselhamento médico, nem prever o futuro. O que posso oferecer é um pouco de perspectiva histórica. Epidemias desempenharam um papel central na história humana desde a Revolução Agrícola e frequentemente deflagraram crises políticas e econômicas. Como em pandemias anteriores, também em relação à covid-19 a coisa mais importante a lembrar é que os vírus não moldam a história. Os humanos, sim. Somos muito mais poderosos do que os vírus, e cabe a nós decidir como responderemos ao desafio. O aspecto do mundo depois da covid-19 depende das decisões que tomarmos hoje.

O maior risco que enfrentamos não é o vírus, mas os demônios interiores da humanidade: o ódio, a ganância e a ignorância. Podemos reagir à crise propagando ódio: por exemplo, culpando estrangeiros e minorias pela pandemia. Podemos reagir à crise estimulando a ganância: por exemplo, explorando a oportunidade para aumentar os lucros, como fazem as grandes corporações. E podemos reagir à crise disseminando ignorância: por exemplo, espalhando e acreditando em ridículas teorias da conspiração. Se assim reagirmos, será muito mais difícil lidar com a crise atual, e o mundo pós-covid-19 será um mundo desunido, violento e pobre.

Mas não há necessidade de reagir propagando ódio, ganância e ignorância. Podemos reagir gerando compaixão, generosidade e sabedoria. Podemos optar por acreditar na ciência, e não em teorias conspiratórias. Podemos optar por cooperar com os outros em vez de culpá-los pela epidemia. Podemos optar por compartilhar o que temos em vez de apenas acumular mais para nós mesmos. Reagindo assim, de forma positiva, será muito mais fácil lidar com a crise, e o mundo pós-covid-19 será muito mais harmonioso e próspero (HARARI, 2020, p. 8-9).

Tendo isso em mente, ainda que as cenas do filme possam ser desoladoras ao extremo e que incessantemente nos façam assimilar uma descrença na economia, na política e nas instituições como um todo, é preciso abrir caminho para o crescimento e o desenvolvimento, levando em consideração a educação e o conhecimento. Apenas assim é que teremos condições de compreender o embate entre o dissenso em detrimento do consenso, além da disseminação de discursos negacionistas, de modo a não encontrar campo propício para que possam prosperar.

Dessa forma, temas como disputas ideológicas geradas pela divulgação de notícias falsas, pela negação da ciência ou pela negação da história, envolvidas com a máscara da polêmica, no sentido de promover a ascensão de Estados e governos totalitários, são atores coadjuvantes nos caminhos e descaminhos da humanidade, entre passado, presente e futuro. É preciso, portanto, que tenhamos meios necessários para fazer com que uma ou muitas bailarinas da morte parem de dançar.

## Referências

AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução Angela Maria da Silva Corrêa. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1526>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ASFOCSN - SINDICATO DOS SERVIDORES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA. *Nota de repúdio e de alerta à população*. 2020. Disponível em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/portal/content/nota-de-repudio-e-de-alerta-populacao>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus*. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/index.php/linha-do-tempo>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BUTTURI JÚNIOR, A. Biopolítica, asfixia e pandemias no Brasil: sobre a AIDS e a covid-19. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 35, n. 1, p. 98-118, set. 2020. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/776>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CAZARIN, A. E.; RASIA, G. dos S. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14432>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FUKS, J. *Falência do tempo - Pandemia provoca a ilusão de um futuro desfeito*. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2020/04/24/ensaio-falencia-do-tempo---pandemia-provoca-a-ilusao-de-um-futuro-desfeito.htm>. Acesso em: 06 jan. 2021.

HARARI, Y. N. *Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus*. Tradução Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, H. Discursos negacionistas disseminados em rede. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 389-408, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MAINGUENEAU, D. Resposta ao medo. *Revista Linguasagem*, São Carlos, v. 35, n. 1, p. 1-17, set. 2020. Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/763>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MARI, H. Consenso/dissenso: entre o enunciado e a enunciação. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 141-157, 2º sem. 2000. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10382/8481>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SBI - SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNOLOGIA. *Repúdio: Nota sobre a ocultação e manipulação dos dados oficiais sobre a Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://sbi.org.br/2020/06/08/nota-sobre-a-ocultacao-dos-dados-da-covid-19/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.